



MOÇAMBIQUE

Jornal do Governo

GABINETO
GABINETE DE INFORMAÇÃO

ANO II - Nº 0056
SEMANAL

Directora - Tónia Macuácuca | Editor - Mendes José | 04 de Junho 2014 | Distribuição Gratuita

Países africanos clamam por crescimento inclusivo



• pag's 2 a 3

Muária impressionado com o desenvolvimento da actividade turística



• pag 8

Casa de Ferro ganha nova imagem



• pag 11

ANE forma técnicos em misturas betuminosas



• pag. 6

NA CONFERÊNCIA “ÁFRICA EM ASCENSÃO”

Países africanos clamam por crescimento inclusivo

Por Elisete Muiambo/ Moçambique

A capital moçambicana acolheu, nos dias 28 e 29 de Maio último, a conferência económica de alto nível denominada “África em Ascensão”, que juntou mais de 500 participantes, desde a directora geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais, dos de países africanos, economistas, académicos, políticos e outros convidados. A conferência tinha como objectivo reflectir sobre os passos que o continente deve trilhar para garantir um crescimento económico sustentável e inclusivo.

A reunião de Maputo acontece num momento em que se impõe ao continente africano uma dinâmica que exige constante avaliação dos seus contornos e impactos, visando a adopção de melhores estratégias para ajustamentos contínuos dos instrumentos adequados à sua minimização e superação, destacando-se os instrumentos de gestão da política macroeconómica e a constante adequação das estruturas económicas, para permitir melhor proveito das oportunidades que emergem das crises financeiras.

É neste contexto que o Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza, destacou, no seu discurso de abertura do evento, que o continente africano tem sido influenciado positivamente pela qualidade das políticas macroeconómicas, pela maior diversificação das exportações, desenvolvimento de infra-estruturas e aumento do volume de investimento na área de exploração dos recursos minerais.

De acordo com Guebuza, a África subsahariana tem estado a apresentar níveis de crescimento relativamente estáveis, com a taxa a flutuar nos 5,2 por cento, projectando-se uma aceleração para níveis superiores a 5,4 por cento, em 2014.

Grande parte da África Subsahariana demonstrou um extraordinário poder de



PR Guebuza ladeado pela directora do FMI, Christine Lagarde e pelo Ministro das Finanças, Manuel Chang

resistência diante da crise financeira mundial de 2007 a 2008. O crescimento abrandou para 3,6%, em 2009, mas recuperou rapidamente para mais de 5,5% nos anos seguintes.

Nos países de baixo e médio rendimentos, o principal desafio para a redução da pobreza é manter taxas elevadas de crescimento no futuro e estimular, em simultâneo, a criação de emprego e a aceleração da transformação estrutural no contexto da informalidade generalizada e da natureza predominantemente rural da pobreza. Noutros, sobretudo os Estados frágeis, a prioridade continua a ser a consecução de uma estabilidade política e económica suficiente para se juntarem às fileiras dos “Leões Africanos”.

Por sua vez, a directora geral do FMI, Christine Lagarde, saudou os progressos que o país vem alcançando, todavia, apontou, como desafio, assegurar que o crescimento seja sustentável e inclusivo, através da criação de condições para um enquadramento legal e tributário das receitas provenientes dos recursos naturais, investindo nas instituições, infra-estruturas e pessoas.

O evento, organizado pelo Governo

moçambicano, em parceria com o Fundo Monetário Internacional (FMI), serviu para debater temas ligados a oportunidades e desafios da África para garantir um crescimento inclusivo; aproveitamento dos Recursos Naturais para o benefício das actuais e futuras gerações; financiamento de infra-estruturas na África Subsahariana; inclusão e criação de emprego, entre outros.

Os temas abarcaram questões ligadas à adopção de políticas adequadas que concorrem para soluções na produção e partilha da riqueza que brota do solo e subsolo dos países africanos.

Relativamente à necessidade de garantir um crescimento inclusivo, o Ministro moçambicano das Finanças, Manuel Chang, considera ser necessário que os países africanos produzam resultados que concorram para ampliar e aprofundar a capacidade de implementação das políticas macroeconómicas que possam contribuir para a redução da pobreza, crescimento económico e estabilidade.

Todavia, os países da África subsahariana enfrentam desafios significativos a longo prazo, particularmente os resultantes das mudanças climáticas e da evolução demográfica.

Cont. na pág 3

Neste contexto, a directora geral do FMI sugere que se aposte na construção de infra-estruturas, bem como na formação de técnicos profissional, melhoramento do acesso aos serviços de saúde e outras áreas.

Potencialização dos Recursos Naturais para as Gerações Presentes e Futuras

O tema teve como painelistas a Ministra dos Recursos Minerais de Moçambique, Esperança Bias; Ministra das Finanças do Uganda, Maria Kiwanuka; Directora Executiva do Painel do Progresso de África, Caroline Kende-Robb e a Presidente da Iniciativa para Transparência na Indústria Extractiva (ITIE), Clare Short.

Neste tema houve troca de experiências à volta do sector extractivo (petróleo, silvicultura e mineração), pelo facto de muitos países da África subsahariana serem responsáveis por uma parcela significativa de produção e pela maioria das receitas de exportação destes recursos.

De acordo com a Ministra moçambicana dos Recursos Minerais, Esperança Bias, uma forma de fazer com que os recursos tragam benefícios para a população é haver uma ligação com a economia, através da construção de infra-estruturas de transporte, energia, e intensificar a Iniciativa para Transparência na Indústria Extractiva (ITIE)

Bias garante, entretanto, que o sector que dirige vai continuar a partilhar informação sobre o início da exploração dos recursos minerais e deu a conhecer que o país está num bom caminho, pelo facto de dispor da Lei de Minas, que está a ser respeitada.

A dirigente aponta, no entanto, como desafio, que o gás chegue ao consumidor e que o mesmo tenha valor.

“Considerar o sector mineiro de forma isolada é um erro porque este deve promover o desenvolvimento a todos os níveis” sublinhou a Ministra, acrescentando que para os recursos naturais contribuam para o benefício das gerações presentes e futuras é necessária que haja uma legislação e capacidade institucional de modo a garantir que os recursos minerais



contribuam para o combate à pobreza e criação de emprego.

Na conferência, Bias partilhou a experiência vivida pelo país aquando do reassentamento da população para dar lugar ao projecto de carvão de Moatize. A Ministra explicou que a situação foi complicada porque o país não tinha legislação para a transferência de pessoas no contexto de exploração de recursos minerais.

Por sua vez, a Ministra das Finanças do Uganda, Maria Kiwanuka, destacou que no seu país a questão de reassentamento já foi negociada, no entanto, defende ser necessário formar técnicos para sensibilizar a população sobre várias situações, uma vez que o dinheiro por si não basta para resolver o problema de transferência de pessoas.

Relativamente à arrecadação de receitas, Kiwanuka salientou que no Uganda as matérias-primas não petrolíferas superam o petróleo e pretende-se potenciá-las para garantir a sustentabilidade económica daquele país.

Na sua intervenção, a Presidente da Iniciativa para a Transparência na Extractiva, Clare Short, apontou que a ITIE constitui uma realidade nova, existindo, por isso, expectativa, não apenas com as receitas, mas também com os contratos e licenças.

Short lamentou, entretanto, o facto de existirem empresas que não aderem à ITIE, nem declaram os seus lucros.

“Os contratos não devem ser secretos e todos sabemos que África tem contractos precários devido à questão de risco. Daí que Moçambique achou necessário aderir à ITIE, apesar de as empresas não se sentirem confortáveis em revelar os mesmos”, sublinhou Short.

As pressões macroeconómicas no continente africano decorrem de problemas de competitividade, causados pela apreciação das taxas de câmbio reais, pelas estreitas bases de tributação e pela exposição à volatilidade dos mercados de produtos de base. Mas também existem desafios microeconómicos, particularmente nos quadros de regulamentação e tributação.

Apesar dos fluxos comerciais e financeiros elevados, o sector extractivo dá, muitas vezes, contributo relativamente pequeno para a receita orçamental e, em consequência, para a riqueza do Estado.

Aumentar a rentabilidade deste sector, mantendo, em simultâneo, equilíbrio com os interesses dos investidores, é um objectivo de importância capital para os países da África subsahariana ricos em recursos naturais, cuja conquista continua a constituir um desafio.

Contudo, a debilidade dos quadros institucionais, com baixos níveis de transparência e prestação de contas e poderosos interesses instalados, complica muitas vezes este desafio.

Garantido financiamento para o projecto da Central térmica de Ressano Garcia

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

O Governo pretende viabilizar, em breve, a exploração da Central Térmica de Ressano Garcia, na província de Maputo, para rentabilizar os recursos naturais, garantir um ambiente adequado para o desenvolvimento de infra-estruturas que estimulem a economia local e melhorar as condições de vida da população.

No âmbito deste processo, o Ministro das Finanças, Manuel Chang, assinou, recentemente, em Maputo, com o director executivo de Operações na Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), Jean Graveline, um acordo de financiamento, no valor de 52 milhões de dólares americanos. O acordo enquadra-se na estratégia do Governo plasmada no Plano Quinquenal, tendo em vista o alcance dos objectivos de redução da pobreza e crescimento sustentável e inclusivo do país.

Trata-se de um financiamento que vai viabilizar a construção da Central Térmica de Ressano Garcia, com capacidade de 175 Mega Watts, cujas obras tiveram início em 2013, devendo, a respectiva produção, arrancar ainda este ano.

Falando após assinatura do acordo, Chang salientou que o mesmo insere-se na parceria entre a Electricidade de Moçambique (EDM) e a SASOL.

O Ministro das Finanças, Manuel Chang explicou que a Central Térmica será alimentada pelo gás de Pande e Temane, na província de Inhambane.

Apontou que através do financiamento, a EDM irá garantir a sua participação no capital da Central Térmica de Ressano Garcia com vista a assegurar o seu funcionamento e fornecer, ao país, energia eléctrica a baixo custo, valorizando e aproveitando os recursos locais.

“ Assim, o financiamento da participação da EDM no capital da Central Térmica do Ressano Garcia irá reduzir a dependência energética da República da África do Sul e, conseqüentemente, o défice de energia eléctrica no país; valorizar gás e diminuir a emissão de gases para o efeito estufa”, sublinhou Chang.

O Ministro da Finanças referiu que se pretende igualmente que a EDM desenvolva experiências de estruturação de parcerias público privada, que serão fundamentais nos futuros investimentos ligados à produção e transporte de energia eléctrica a nível nacional.

Por seu turno, o director executivo de Operações na Agência Francesa de

Desenvolvimento (AFD), Jean Graveline, salientou que o novo empreendimento vai assegurar o fornecimento de energia eléctrica a um preço reduzido, valorizar os recursos naturais e diversificar os recursos energéticos moçambicanos.

Moçambique e França cooperam há longos anos, através da Agência Francesa de Desenvolvimento. A AFD apoia o país nas áreas de suporte ao desenvolvimento sócio-económico, particularmente nos sectores de saúde, meio ambiente, infra-estruturas, abastecimento de água potável às zonas urbanas, transporte e gestão de recursos naturais, com destaque para o desenvolvimento ecológico e económico das áreas protegidas.

PR acredita embaixadores

No quadro das relações de amizade e fraternidade que Moçambique vem construindo, nos últimos anos, o Presidente da República, Armando Guebuza, recebeu, há dias, cartas credenciais de 11 embaixadores, para o reforço da cooperação e troca de experiências nas áreas política e económica.

Trata-se de Joanna Kuenssberg, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; Caetano de Sousa Guterres, do Timor Leste; Akira Mizutani, do Japão; Najmus Saqib, do Paquistão; Rakiatou Mayaki, do Níger; Voradet Viravakin, da Tailândia; Leonardo Ognimba, da República do Congo; Mulugeta Beshir, da Etiópia, Moamar Diop, do Senegal e Maria Diamantopoulou, da Grécia.

De acordo com o Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Henrique Banze, a acreditação dos embaixadores fortifica as relações entre Moçambique e aqueles países. O dirigente apontou que a vinda daqueles embaixadores ao país mostra a disponibilidade dos seus Estados em cooperar com Moçambique e, por sua vez, está disposto a colaborar.

Na sua intervenção, Henrique Banze explicou que o país tem muito a aprender dos países cujos embaixadores foram acreditados. “ Como sabem, Moçambique vai dar a sua experiência, mas também espera colher experiência desses países”.

O Níger, país da região ocidental do continente, é representado pela primeira vez em Moçambique.

ATRAVÉS DO FUNDO DE APOIO A INICIATIVAS JUVENIS

Inhambane financia 56 projectos

Por: Adilson Virgílio/Gov-I'bane

O Governo de Inhambane financiou, no ano passado, 56 projectos, no valor de 1.684 milhões de meticais, através do Fundo de Apoio a Iniciativas Juvenis, apontou o director provincial da Juventude e Desportos, Quirino Gulube, à margem do I Conselho Coordenador daquela direcção, realizado semana passada na vila da Massinga.

No encontro, o director provincial da Juventude e Desportos explicou que o financiamento àqueles projectos abrangeu 630 jovens.

Quirino Gulube apontou, por outro lado, que além daquela iniciativa, em 2013, o governo provincial de Inhambane, financiou, através do Fundo de Desenvolvimento Distrital projectos de mais de mil jovens dos distritos, apoio que contribuiu para a criação de emprego, auto-emprego e geração de renda.

No que diz respeito ao associativismo juvenil, a fonte explicou a província registou 183 associações, envolvendo 90 mil jovens.

Não só criámos associações, mas também fizemos acompanhamento dos nossos jovens, porque em parceria com Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional oferecemos cursos de gestão de pequenos negócios, corte e costura, serralharia, construção civil e informática, dos quais beneficiaram mais de 8 mil jovens, detalhou Gulube.

A fonte afirmou, por outro lado, que para massificar a prática desportiva, o governo provincial, através da Direcção Provincial da Juventude e Desportos,



Director provincial da Juventude e Desportos de Inhambane, Quirino Gulube

tem apoiado financeiramente o desporto de alta competição recorrendo à assinatura de contratos-programa com os clubes e o movimento associativo desportivo.

O governo provincial vai apoiar, no presente ano, as equipas que irão representar Inhambane na fase regional-sul de apuramento ao Moçambola-2015.

De acordo com Quirino Gulube, o governo vai alocar cerca de 200.000,00Mt para garantir a participação condigna das equipas na fase de apuramento.

Quirino Gulube explicou que em 2012, o governo, através da Direcção Provincial da Juventude e Desportos,

apoiou o Vilankulo Futebol Clube, que participava na maior prova de futebol de Moçambique, com um montante de 1.200.000,00Mt e, em 2013 com 800.000,00Mt.

O dirigente acrescentou que em 2013 o governo de Inhambane disponibilizou 94.000,00Mt para apoiar dois clubes participaram no apuramento ao Moçambola 2014.

O director da Juventude e Desportos afirmou que o impacto da pronta intervenção do governo provincial no apoio aos clubes, permitiu elevar, no presente ano, o número de equipas envolvidas no campeonato doméstico de 7 para 10.

Num outro desenvolvimento, o dirigente apontou que Inhambane realizou campeonatos provinciais das modalidades de basquetebol, voleibol, tae-kon-dou, box, ginástica e vela, acrescentando que a província tem sido solicitada a participar nos campeonatos nacionais de atletismo, tendo já conquistado 6 medalhas de ouro, 7 de prata e 5 de bronze.

O I Conselho Coordenador da Direcção Provincial da Juventude e Desportos, decorreu sob o lema "Jovens e Desportistas engajados na preservação da Paz e Unidade Nacional", e fez balanço das actividades realizadas no âmbito da implementação do Plano Económico e Social 2013-2014 e avaliou o Plano Quinquenal do Governo 2010-2014.



Seleção Feminina de Basquetebol de Inhambane

PARA MELHORAR A QUALIDADE DAS VIAS DE ACESSO

ANE forma técnicos em misturas betuminosas

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

A Administração Nacional de Estradas (ANE) formou, recentemente, 70 técnicos, entre consultores, empreiteiros e fiscais em matérias de misturas betuminosas para o melhoramento das estradas nacionais.

De acordo com o instrutor do Centro de Formação de Estradas, David Chale, a capacitação tinha como objectivo transmitir aos participantes conhecimentos sobre o uso de misturas betuminosas a quente.

A formação acontece numa altura em que o país tem o desafio de garantir manutenção eficaz das estradas nacionais, através do uso de material que permita durabilidade e qualidade necessárias.

Segundo a fonte, a formação de técnicos de estradas surge igualmente para garantir a manutenção das vias de acesso a baixo custo.

A betumagem quente é composta por brita, pó de pedra e areia que formam uma mistura quando aquecidos.

A técnica vinha sendo utilizada nas regiões centro e norte do país, havendo necessidade de ser introduzida no sul. A formação vai permitir que os técnicos do sul tenham conhecimentos sólidos sobre a matéria.

“Esta foi uma oportunidade para transmitir experiência à zona sul, mas optou-se por chamar técnicos que fazem parte do mesmo sector nas províncias do centro e norte”, frisou Chale.

Espera-se que a formação contribua para uma melhor manutenção das estradas, antes construídas com recurso a misturas betuminosas a frio.

“Tínhamos que tapar buracos anualmente, mas com o uso desta tecnologia, as estradas terão maior durabilidade”, apontou o instrutor.

O instrutor do Centro de Formação de Estradas explicou que a capacitação foi motivada pela necessidade de resolução dos contínuos problemas detectados nas vias de acesso, bem como a falta de pessoal qualificado na área de betumes quentes.

Na sequência da formação, David Chale apela à necessidade de rigor nas



acções de fiscalização às estradas sob responsabilidade da ANE.

O consultor de Cabo Delgado, Xavier Moisés, um dos participantes da formação, explicou que aquela província privilegia a mistura betuminosa a frio, destacando, entretanto, que a capacitação permitiu que os técnicos percebessem a importância e a durabilidade da mistura betuminosa a quente.

“Tínhamos dificuldades na forma de preparar a mistura, por causa dos cuidados a ter em conta”, apontou Xavier Moisés, acrescentando, no entanto, que embora a mistura betuminosa a frio esteja em uso em alguns pontos do país, fosse revitalizada para que não caísse no esquecimento.

O representante da ANE, António Muthemba, disse que a formação foi uma oportunidade para aliar a teoria à prática.

“Tivemos a possibilidade de acompanhar o empreiteiro a tapar os buracos com a mistura betuminosa a quente”.

Muthemba apontou que com o uso desta técnica, para que haja durabilidade das estradas é necessário elaborar um projecto de manutenção contínua das vias de acesso.

“É preciso que se ataque os problemas

de buracos mais cedo, pois quando os mesmos aumentam torna-se difícil resolver o problema”, recomendou a fonte.

A consultora e formanda, Lucrecia Benhe, defendeu que a mistura betuminosa a quente é a ideal para as estradas moçambicanas, particularmente no tapamento os buracos.

“Ficou provado que esta técnica é a melhor para arranjar as vias de acesso no país”, explicou Lucrecia Benhe, acrescentando que com a chuva os materiais tendem a resistir, permitindo maior durabilidade das estradas.

A técnica permite produção local do material, reduzindo, conseqüentemente os custos, por isso é considerada adequada para o país.

Ficha Técnica



Propriedade do
Gabinete de Informação

Registo Nº11/GABINFO-DEC/2013

PERIODICIDADE: Semanal

DIRECTORA: Tónia Macuácuva - 82 98 84 677

EDITOR: Mendes José- 84 345 4000

REDACÇÃO:

Brigida da Cruz, Elisete Muiambo, Manuel Zavala, Mavildo Pedro

MAQUETIZAÇÃO: Jornal Moçambique

REVISÃO: Marcelino E. Mahanjane

MAPUTO, Av. Francisco Orlando Magumbwe Nº780

5º Andar - jornalmocambique@gmail.com

tel nº 21 49 02 09

www.portaldogoverno.gov.mz

MFP faz balanço do Plano Quinquenal 2010-2014

Por : Brígida da Cruz Henrique/Moçambique

Sob o lema “Consolidando o Acesso à Informação e a Preservação da Memória Institucional na Administração Pública”, o Ministério da Função Pública (MFP) realiza, de 04 a 06 do mês em curso, em Chidenguele, distrito de Manjacaze, na província de Gaza, o seu VII Conselho Coordenador, sob o signo de balanço do quinquénio 2010-2014.

A escolha do lema tem a ver com a importância do processo de gestão e informação na administração pública, como exercício crucial que concorre para preservar a memória institucional como fonte de acesso à informação no sector público.

Tal como explicou a Ministra da Função Pública, Vitória Diogo, é o trata-se do Conselho Coordenador do quinquénio e, através do qual, pretende-se fazer retrospectiva dos caminhos trilhados desde a aprovação e a implementação da Estratégia Nacional de Gestão de Arquivos e do Sistema Nacional de Arquivos do Estado (SNAE), em 2006 e 2008, respectivamente, no âmbito da implementação da segunda fase da Reforma do Sector Público, para “juntos vermos que direcção tomar, como provedores de informação pública”.

O Conselho Coordenador do MFP acontece numa altura se celebra, a 9 de Junho corrente, o Dia Internacional dos Arquivos, cujas cerimónias centrais terão lugar na vila Municipal da Manhica, província de Maputo.

Ademais, a gestão de documentos e arquivos deve ser considerada um instrumento indispensável e válido para uma prestação eficaz de serviços de acesso à informação na Administração Pública, daí que o Estado tem vindo a investir nesta área, para assegurar que os moçambicanos possam exercer a cidadania e não apenas esperar passivamente a solução dos seus problemas pelos outros.

O balanço do sistema de arquivos na administração pública ocorre numa altura em que se verifica um aumento da consciência do cidadão sobre os serviços disponibilizados pelo Estado,



Ministra da Função Pública, Vitória Diogo

facto que concorre para alargar o horizonte do público, sua exposição às outras fontes de informação científica e técnica, o que contribui para o enriquecimento das soluções propostas.

Com a introdução das reformas públicas desde 2001, o Aparelho do Estado melhorou a recolha, organização, gestão, arquivo e provisão de informação ao cidadão, tendo sido, em razão disso, reduzidas as respostas do género “venha amanhã, venha amanhã” que caracterizaram, no passado, a administração pública moçambicana, embora persistam outros desafios, para que o Estado seja, de facto, provedor de informação ao cidadão em tempo útil.

Além do balanço do Programa Quinquenal do Governo 2010-2014^o, o VII Conselho Coordenador do Ministério da Função Pública vai, entre outras abordagens, avaliar o plano de acção da Estratégia da Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública (ERDAP- 2012-2025) referente a 2013, o ponto de situação do combate à corrupção, da situação da implementação das cartas de serviços, da implementação do Sistema Nacional de Arquivos do Estado e do Ensino à Distância na Administração pública e autárquica.

Como tem sido prática, a Ministra da Função vai se reunir com os funcionários e agentes do Estado no distrito de Manjacaze, para interagir e colher sensibilidades sobre os desafios do sector público.

PROVÍNCIA DE INHAMBANE

Muária impressionado com o desenvolvimento da actividade turística

Por: Adilson Virgílio/Gov-I'bane

O Ministro do Turismo, Carvalho Muária, que recentemente visitou a província de Inhambane, manifestou a sua satisfação perante o nível de desenvolvimento da actividade turística naquele ponto do país.

Na visita, de quatro dias, Muária escalou sucessivamente o arquipélago de Bazaruto, no distrito de Vilankulo, a cidade de Inhambane e o distrito de Jangamo.

Em Vilankulo, Carvalho Muária tomou conhecimento de que naquele distrito entraram em funcionamento, este ano, 8 estabelecimentos hoteleiros, criando mais de 800 postos de trabalho.

Na vila-sede de Vilankulo, o Ministro do Turismo inaugurou uma instância turística, com capacidade para 24 camas.

Dialogando com a população no arquipélago de Bazaruto, o dirigente apelou os residentes a preservarem os recursos marinhos existentes numa área de 1.400km², habitada por mais de 4 mil cidadãos, que se dedicam à pesca artesanal.



Ministro do Turismo, Carvalho Muária

Explicou a comunidade ser importante denunciar os pescadores ilegais e os indivíduos que usam práticas nocivas à actividade pesqueira, como é o caso de redes mosquiteiras.

O dugongo, tubarão, a tartaruga marinha e os animais que temos aqui, se não soubermos cuidá-los melhor, eles poderão desaparecer; gostaria uma vez mais de continuar a encorajar a comunidade a colaborar com a direcção do parque, com o governo da

localidade, do posto administrativo, do distrito e da província para melhor gestão dos nossos recursos, recomendou Muária.

De acordo com Muária, quando os investidores vêm aqui, temos que falar com eles seriamente, negociar sobre a responsabilidade social, e negociar muito bem.

Carvalho Muária escalou igualmente a capital de Inhambane, onde se inteirou do funcionamento de algumas estâncias turísticas e manteve um encontro com operadores turísticos.

Fazendo balanço da sua visita àquela parcela do país, Muária apontou que atingimos os objectivos que nos levaram a Inhambane, aqui o turismo é uma das principais actividades, e verificamos isso.

A província de Inhambane é tida como a capital turística de Moçambique e conta actualmente com mais de 16 mil camas, cerca de 40% da oferta nacional. Garante aproximadamente de 50% da massa laboral, dos quais, 6 mil trabalhadores são da área do turismo.





REGULAMENTO SOBRE PESTICIDAS

Ministérios da Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Saúde, e

para a
Coordenação da Acção Ambiental
Diploma Ministerial Nº. 153/2002 de 11 de Setembro
(BR Nº. 37, I Série de 11 de Setembro de 2002)

ARTIGO

8

(Alteração da origem ou da composição)

1. A alteração do país de produção e/ou do proprietário do pesticida, deve ser comunicada á entidade de registo.
2. Qualquer alteração à composição de um pesticida dará origem a um novo produto sujeito á um novo registo.

ARTIGO

9

(Classificação toxicológica)

1. A classificação toxicológica dos pesticidas baseia-se na Dose Letal 50% (DL50) por via oral ou dérmica, concentração letal 50% (CL50) inalatória ou ainda riscos sobre o ambiente.
2. Os pesticidas, sob o ponto de vista toxicológico são classificados em três

classes:

- Classe I ----- Altamente tóxicos (Rotulo com faixas de cor vermelha)
 - Classe II ----- Moderadamente tóxicos (Rotulo com faixas de cor amarela)
 - Classe III ----Ligeiramente tóxicos (Rotulo com faixas de cor verde)
3. Os critérios de classificação são definidos pelas Normas para o Registo e

Manuseamento de Pesticidas.

ARTIGO

10

(Limite máximo dos resíduos)

1. Os valores do Limite Máximo de Resíduos (LMR) de um pesticida em produtos alimentares são estabelecidos pela DNS com base nos dados submetidos, e sempre que possível obedecendo aos valores da Comissão do CODEX ALIMENTARIUS da OMS/FAO, e publicados no Boletim da República.

ARTIGO

11

(Rotulagem)

1. Todas as embalagens de pesticidas devem ter um rótulo, aprovado pela Entidade de Registo, contendo todos os elementos e informações conforme o estipulado nas Normas para o Registo e Manuseamento de Pesticidas. A aprovação está sujeita à apresentação do rótulo final das embalagens para a sua distribuição.
2. Todas as informações contidas nos rótulos devem ser redigidas em língua portuguesa e facilmente legíveis por uma pessoa de visão normal. Nos casos em que não seja possível, o pesticida deve ser acompanhado de um folheto informativo, em português, colado na embalagem ou colocado no seu interior.

Breves

Inspecção do Trabalho vai revisitar empresas advertidas em Abril último

Com o objectivo de apurar o grau de cumprimento das decisões deixadas em Abril passado, a Inspecção-Geral do Trabalho (IGT) vai revisitar 653 empresas e outras unidades de produção no país, advertidas após ter constatado violações à legislação laboral vigente em Moçambique. Naquele período, outras 236 empresas foram sancionadas, nos termos da Lei.

As acções de fiscalização abrangeram 26.366 trabalhadores, dos quais 5.637 do sexo feminino, e 448 de nacionalidades estrangeiras. Deste número, 31 trabalhadores foram suspensos das suas actividades, por se encontrar ilegalmente no país. No total, houve registo de 889 infracções laborais, incluindo maus tratos contra trabalhadores.

No que diz respeito a cidadãos estrangeiros surpreendidos em situação ilegal, a província de Nampula registou maior número, com 13, seguida de Sofala, com 6.

Quanto a acidentes de Trabalho, a cidade de Maputo liderou a lista, com 20 casos, contra 13 de Sofala e 6, de Tete. Três trabalhadores morreram na sequência de sinistros, que totalizaram 43 a nível nacional.

Morreu o escritor moçambicano Alberto Viegas

Vítima de doença pulmonar, o escritor morreu a 30 de Maio findo, no Hospital Geral de Marré, onde se encontrava internado. O professor e escritor Alberto Viegas nasceu a 10 de Junho de 1927, no povoado de Kharau, distrito de Cuamba, província de Niassa.

Alberto Viegas contou a tradição e o dia-a-dia dos moçambicanos de forma criativa. Em reconhecimento do seu contributo para o desenvolvimento das artes e cultura em Moçambique, em Fevereiro do corrente ano foi condecorado, numa cerimónia de Estado, com a Medalha de Mérito Artes e Letras.

Da lista dos seus livros publicados, constam as obras "O que nos dizem certos animais", "Curanderismo" e "Lunga: À guisa da retrospectiva", além do "Itale S'Atthu Amakua", ou seja, "Histórias dos povos Makuas", que estava no prelo.



3. Os rótulos das embalagens externas devem estar de acordo com as regras internacionais sobre rotulagem de pesticidas no transporte, e devem conter no mínimo, as informações mencionadas nas Normas para o Registo e

Manuseamento de Pesticidas.

4. Todas as unidades devem ser expressas no sistema métrico.

5. Qualquer alteração das informações constantes dos rótulos deve ser previamente autorizada pela Entidade de Registo mediante pagamento da taxa definida pela Entidade de Registo e posterior aprovação do respectivo rótulo final.

ARTIGO

12

(Embalagens)

1. A importação e comercialização de pesticidas no país, só poderá ser feita em embalagens aprovadas pela entidade de registo e que estejam de acordo com as normas estabelecidas pelo INNOQ com base nas normas internacionais.

2. A Entidade de Registo deverá assegurar a observância das Normas técnicas contidas nas directivas da FAO.

3. As embalagens devem ser fechadas e seladas na origem de modo a serem abertas com segurança e os respectivos selos irremediavelmente destruídos assim que a embalagem seja aberta pela primeira vez.

4. O requerente deverá indicar o tipo e o tamanho da embalagem para aprovação pela entidade de registo. Qualquer alteração da embalagem deverá ser previamente autorizada pela entidade de registo.

5. A re-embalagem de pesticidas carece de uma autorização da Entidade de Registo e deverá obedecer todas as formalidades requeridas para a embalagem. Quando o processo de re-embalagem tiver propósitos comerciais, o local de re-embalagem deverá ser vistoriado pela Entidade de Registo. A autorização será emitida após parecer favorável da DNS e da DNAIA e o pagamento da taxa de vistoria definida pela Entidade de Registo. A validade da Autorização é definida pela Entidade de Registo e deverá estar contida nas Normas para o Registo e Manuseamento de Pesticidas.

6. As embalagens quando vazias e os desperdiços de pesticidas, devem ser tratados de acordo com o prescrito nas Normas para o Registo e Manuseamento de Pesticidas.

ARTIGO

13

(Título de Registo do Pesticida)

1. É titular do registo, qualquer empresa devidamente estabelecida no país, desde que tenha sido autorizado pelos ministérios de tutela, designadamente MIC, MADER, MICOA e MISAU, e que exerça actividades de formulação, importação e/ou distribuição de pesticidas e/ou aplicação dos referidos produtos, assumindo a inteira responsabilidade técnica e ambiental dos mesmos.

2. Após avaliação do pesticida, o registador concederá um título de registo mediante o pagamento de uma taxa definida pela entidade de registo, que variará em função da classe do pesticida.

3. A validade do título de registo do pesticida é de 2 anos conforme o estabelecido nas Normas para o Registo e Manuseamento de Pesticidas.

4. Findo o prazo de validade do título de registo, o titular poderá solicitar a sua renovação, mediante pagamento de uma taxa definida pela entidade de registo de acordo com a classe do pesticida, a ser paga no momento da recepção do novo título.

5. O pedido deverá ser apresentado á entidade de registo de acordo com as formalidades previstas para o efeito nas Normas para o Registo e Manuseamento de Pesticidas.

6. Todos os certificados emitidos ao abrigo do anterior Regulamento, ficam sem efeito, devendo os seus titulares efectuar um novo registo.

NO ÂMBITO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Casa de Ferro ganha nova imagem

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

Reabilitada recentemente, a Casa de Ferro de Maputo, constitui um dos patrimónios materiais do século XIX. Trata-se de um edifício inspirado no classicismo grego, que atrai milhares de turistas e estudiosos de arquitectura. É um imóvel pré-fabricado valioso para a sociedade e para as futuras gerações.

A Casa de Ferro é um marco da evolução da cidade de Maputo e um exemplo da história da arquitectura em Moçambique. A obra apresenta marcas da evolução da ciência e técnicas arquitectónicas no que diz respeito à construção de ferro da escola Eiffel.

Em 1892, a Casa de Ferro foi edificada na avenida D. Manuel, actual Josina Machel, tendo sido transferida, em 1972, para a presente localização. Entre 1972 e 1974 funcionou como Museu Geográfico Gago Coutinho e, mais tarde, acolheu o Serviço Nacional de Antiguidades, tendo sido proclamado imóvel de interesse público.

Actualmente, funciona naquele edifício, a Direcção Nacional de Património Cultural, contendo dois museus e monumentos, um centro de



Casa de Ferro de Maputo

documentação e uma exposição arqueológica.

O património cultural constitui um dos benefícios para a sociedade, na medida em que transmite às gerações vindouras um legado de práticas do passado.

Na visita que efectuou àquela infraestrutura, o Ministro da Cultura, Armando Artur, explicou que a reabilitação da Casa de Ferro resulta de uma parceria e representa o

esforço do governo para a preservação do património cultural edificado em Moçambique.

“Constitui oportunidade para elucidarmos a importância de preservar a história das nossas cidades, demonstrando ser possível a realização de obras em património cultural edificado, preservando o seu traçado”.

Cabe ao governo assegurar a realização de actividade de identificação e protecção de bens culturais, bem como dar visibilidade a estes, para a sua valorização através da educação e do turismo cultural.

“A responsabilidade do Estado não se circunscreve somente nas acções de protecção, mas também de atribuir, a cada bem cultural, de uma função social”, defendeu o Ministro da Cultura.

Na sua intervenção, a directora Nacional do Património Cultural, Solange Macamo, explicou que para a reabilitação da Casa de ferro, que teve a duração de quatro meses, foram desembolsados 40 mil dólares, resultantes da parceria que o governo.



Ministro da Cultura, Armando Artur, no descerrar da placa pós-reabilitação

Dia Mundial do Ambiente

O Dia Mundial do Ambiente é um evento anual celebrado a 5 de Junho, através de acções que têm como objectivo divulgar e elevar a consciência ambiental da humanidade. A data foi estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas (NU), através da resolução 2994 (XXVII), de 15 de Dezembro de 1972, para marcar o dia de abertura da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente, realizada de 5 a 16 de Junho de 1972, em Estocolmo, na Suécia.

Todos os anos, mais de 100 países de todo o mundo celebram o evento, realizando diversas actividades, tais como o plantio de árvores, debates, campanhas de limpeza, concursos de redacção nas escolas, competições desportivas, concertos musicais e outras, que visam alertar os governos e a população sobre a necessidade de salvar o planeta, motivando as pessoas a se tornarem agentes activos do desenvolvimento sustentável e equilibrado, promover o papel fundamental das comunidades em todas as atitudes ambientais, para garantir que as nações e pessoas desfrutem de um futuro próspero e seguro.

Para o ano de 2014, as NU apresentam, para reflexão, o lema: "Raise your voice, not the sea level", o que significa, na língua portuguesa: "Aumente sua voz, não o nível do mar".

O lema foi estabelecido pelo facto de a Assembleia Geral das NU ter declarado 2014, "Ano Internacional de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento", designados "Small Island Developing States", ou Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, na versão portuguesa.

Pretende-se, assim, debruçar-se sobre os Estados Insulares e seus desafios de desenvolvimento e sucessos, tendo em conta que as mudanças climáticas vêm sendo o principal problema ambiental aliado ao aquecimento global, o que causa a subida dos níveis dos oceanos, que alagam, por conseguinte, inúmeras ilhas.

O Governo de Moçambique está a implementar projectos de adaptação às mudanças climáticas na zona costeira de três distritos, sendo na cidade de Pemba (província de Cabo Delgado), distrito de Pebane (Zambézia) e Inharrime (Inhambane), cujo objectivo é desenvolver, nas comunidades vivendo nas zonas costeiras, capacidades para gerir riscos ligados a mudanças climáticas.

O projecto, designado "Adaptação nas Zonas Costeiras de Moçambique", implementado em parceria com o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), foi desenhado ciente de que Moçambique está, quase na sua totalidade, exposto a perigos climáticos, tais como cheias, secas, ciclones tropicais e depressões que se formam no Oceano Índico e atravessam o Canal de Moçambique.

Desde o ano de 1900 que o nível do mar subiu à taxa de 1 a 2 mm/ano e, de 1992 a esta parte, a subida ronda aproximadamente nos 3mm/ano, o que equivale a afirmar que "não foi detectada uma aceleração significativa na velocidade de subida do nível do mar durante o século XX".

Para o caso de Moçambique, o lema para as comemorações do Dia Mundial do Ambiente é: "Criando um ambiente verde protegemos as nossas ilhas do efeito do aumento do nível do mar".

Na história do país, o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental já teve os seguintes Ministros e Vice-ministros: Bernardo Ferraz, Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental (1994-1999); John William Cachamila, Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental (2000-2004); Francisco Mabjaia, Vice-ministro para a Coordenação da Acção Ambiental (2000-2004); Luciano de Castro, Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental (2005-2008). Actualmente, Lucinda Abreu é a titular da pasta do MICOA e Ana Paulo Chichava vice-ministra, desde 16 de Outubro de 2007.

Fonte: www.micoa.gov.mz

Curiosidades

Ambiente

O conceito de meio ambiente pode ser identificado por seus componentes:

Completo conjunto de unidades ecológicas que funcionam como um sistema natural, mesmo com uma massiva intervenção humana e de outras espécies do planeta, incluindo toda a vegetação, animais, micro-organismos, solo, rochas, atmosfera e fenómenos naturais, que podem ocorrer nos seus limites.

Recursos naturais e fenómenos físicos universais que não possuem um limite claro, como ar, água, e clima, assim como energia, radiação, descarga elétrica e magnetismo, que não são originados por atividades humanas.

Na Conferência de Estocolmo, organizada pelas Nações Unidas, em 1972, que abordou o tema: "A relação da sociedade com o meio ambiente", sendo assim a primeira atitude mundial a tentar preservar o meio ambiente, este foi definido como sendo "o conjunto de componentes físicos, químicos, biológicos e sociais capazes de causar efeitos diretos ou indiretos, num prazo curto ou longo, sobre os seres vivos e as atividades humanas."

O Tratado é Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, para estabilizar as concentrações de gases de estufa na atmosfera em um nível que iria prevenir uma perigosa interferência antropogênica no sistema climático.

O Protocolo de Quioto que é acordo internacional, com o objectivo de reduzir os gases de estufa, num esforço de prevenir as mudanças climáticas antropogénicas.

A Iniciativa Climática Ocidental, para identificar, avaliar e implementar meios colectivos e cooperativos para reduzir os gases de estufa, focando-se num sistema de mercado de captação e troca.

Fonte: Geografia Universal: África; 4ªed, editorial enciclopédia.